

## Fases do processo de revisão do Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável V3.1

De acordo com as recomendações da ISEAL, o Padrão RTRS é revisado, pelo menos, uma vez a cada cinco anos, e não mais de uma vez a cada três anos.

Os comentários recebidos - como resultado deste primeiro período de consulta pública - serão analisados a partir do dia 1º de agosto 2020 por um Grupo de Trabalho, aberto e multissetorial, que será formado com essa finalidade e que se reunirá de forma virtual várias vezes ao longo do segundo semestre deste ano.

Para constituir o Grupo de Trabalho, um período de inscrições será indicado, para que todos os interessados participem da convocação aberta, que será anunciada pelo Secretariado da RTRS através de seu website e de seus diversos canais de comunicação digital. O Grupo de Trabalho estará formado, de maneira balanceada, por representantes dos três segmentos da RTRS: Produtores; Indústria, Comércio e Finanças e Sociedade Civil, e estará constituído por um máximo de 15 pessoas. Também, representantes do âmbito governamental e acadêmico, especialistas e órgãos de certificação poderão fazer parte das discussões do Grupo de Trabalho, mas sem direito de voto.

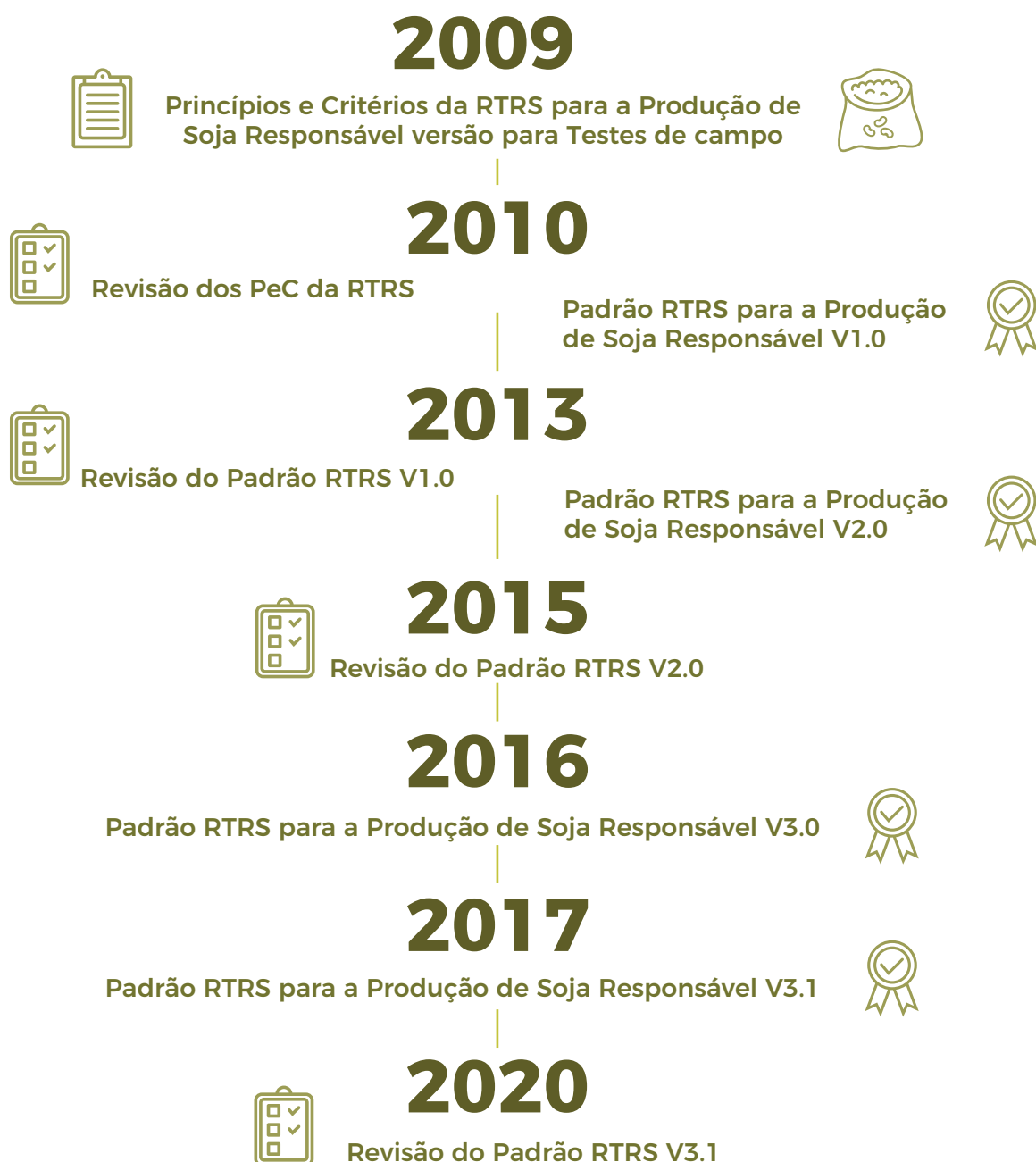
Uma pessoa de referência da Equipe Técnica da RTRS coordenará o Grupo de Trabalho e um moderador facilitará o debate durante as reuniões.



Como resultado das primeiras reuniões virtuais do Grupo de Trabalho, uma versão preliminar do Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável V4.0 será redigida para ser apresentada na segunda consulta pública.

Finalizado o segundo período de consulta pública, os comentários e observações recebidos serão analisados pelo Grupo de Trabalho, permitindo assim chegar à redação do documento final do Padrão RTRS V4.0. O Comitê Executivo será responsável pela validação deste documento e, posteriormente, apresentará a nova versão do Padrão de Produção de Soja Responsável V4.0 diante da Assembleia Geral de Membros RTRS para sua aprovação final.

## História do Padrão da RTRS



Após um processo de desenvolvimento de dois anos, a Associação publicou os Princípios e Critérios da RTRS para a Produção de Soja Responsável Versão para Testes de Campo em maio de 2009. Este primeiro documento foi utilizado tanto pelos Grupos Técnicos Nacionais (GTNs) em cinco países diferentes para iniciar os processos de interpretação nacional quanto pelos produtores e os auditores que iniciaram testes de campo.

Em março de 2010, a RTRS formou um Grupo Técnico Internacional para revisar os Princípios e Critérios Versão para Testes de Campo, e produzir um conjunto de Princípios e Critérios auditáveis para ser usado dentro de um sistema de certificação. Parte do trabalho deste grupo foi revisar e levar em consideração as mudanças propostas pelos GTNs; os comentários das consultas públicas sobre os rascunhos das Interpretações Nacionais e as diretrizes do Comitê Executivo da RTRS sobre a questão da abertura de áreas e feedback dos testes de campo e auditorias de diagnóstico. Finalmente, este grupo, integrado por representantes dos três grupos de interesse que constituem a RTRS, concluiu sua revisão em uma reunião que se realizou em São Paulo, no Brasil, de 24 a 27 de março de 2010, disponibilizando a primeira versão preliminar do padrão RTRS.

O Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável V1.0 foi aprovado pelo Comitê Executivo da RTRS no dia 12 de maio de 2010 e pela Assembleia Geral de Membros, no dia 10 de junho de 2010.

Três anos depois, o Grupo de Trabalho de Pesticidas revisou o Critério 5.6 sobre o uso de defensivos e introduziu mudanças dando lugar ao Padrão RTRS para a Produção de Soja Responsável V2.0, aprovada pela Assembleia Geral de Membros do dia 29 de maio de 2013.

Em julho de 2015, a Associação criou um Grupo de Trabalho para a realização de uma revisão completa da V2.0 do Padrão de Produção. Nesse momento, a RTRS recebeu mais de 260 comentários depois de três períodos de consulta pública. O Grupo de Trabalho revisou e analisou os comentários durante três reuniões presenciais e finalizou sua tarefa na reunião realizada em Buenos Aires, na Argentina, nos dias 29 de fevereiro e 1º de março de 2016.

Na 10ª Assembleia Geral de Membros da RTRS que se realizou no dia 2 de junho de 2016, em Brasília, no Brasil, os membros da RTRS aprovaram a V3.0 do Padrão RTRS de Produção Responsável de Soja. As melhoras incluídas nesta nova versão do Padrão representaram um marco relevante na história da RTRS.

## Atualizações do Padrão RTRS de Produção de Soja Responsável V3.0:

- Implementação mais clara e precisa: Introduziu novos termos e especificações, que melhoram a implementação. As auditorias de Alto Valor de Conservação (AVC) deixaram de ser um requerimento, mas o conceito permanece integrado nos indicadores do padrão.
- Desmatamento e conversão zero: estabeleceu a proibição de toda conversão do solo natural, e das áreas que, de acordo com o estabelecido pela lei, tenham sido destinadas para a conservação nativa, e/ou proteção cultural e social, a partir de 3 de junho de 2016.
- Impacto positivo nas condições de trabalho e sociais: incorporou melhorias nos princípios e critérios que impactam nas condições de trabalho e considera a viabilidade da certificação dos pequenos produtores

Um ano depois, no dia 1º de junho de 2017, durante a 11ª Assembleia Geral da RTRS, que se realizou em Lille, França, foi aprovada a versão 3.1 do Padrão de Produção, que proíbe o uso de Carbofuran na produção de soja e a redução gradual do Paraquat até sua eliminação total no dia 1 de janeiro de 2021.